

Gazeta Pelotense, imprensa e sociedade em transformação

**Amilcar Alexandre
Oliveira da Rosa¹**



**Gazeta
Pelotense, press
and society in
transformation**

¹ Mestrando em História, Universidade Federal de Pelotas. E-mail: amilcarfloripa@gmail.com.

Resumo

A experiência do jornal *Gazeta Pelotense*, que circulou em Pelotas (RS) entre os anos de 1976 e 1977, é rememorada por integrantes da antiga redação do jornal. Neste artigo, o objetivo é analisar as possibilidades narrativas da imprensa a partir de algumas metodologias que aproximam imprensa e história, particularmente a história oral, considerando premissas do campo historiográfico e da teoria da comunicação. Considera-se que o uso dos jornais como fonte para as pesquisas historiográficas será tanto mais eficaz quanto mais se compreender que as práticas jornalísticas são resultantes de um contexto – interno e externo ao jornalismo, influenciando e sendo influenciado por ele –, que produz um sentido, principalmente em períodos de transformação da sociedade e da imprensa.

Palavras-chave: Gazeta Pelotense; História oral; Imprensa de transição.

Abstract

The experience of the newspaper *Gazeta Pelotense*, which circulated in Pelotas (RS) between 1976 and 1977, is remembered by members of the former newspaper office. The objective of this article is to analyze the narrative possibilities of the press based on some methodologies that bring together the press and history, particularly oral history, considering premises of the historiography field and communication theory. It is considered that the use of newspapers as a source for historiographic research will be all the more effective the more it is understood that journalistic practices are the result of a context - internal and external to journalism, influencing and being influenced by it -, which produces a sense, mainly in periods of transformation of the society and the press.

Keywords: Gazeta Pelotense; Oral history; Transition press.

Introdução

Na pesquisa sobre o jornal *Gazeta Pelotense*, as questões da representação e da construção da narrativa ganham relevo por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, pela situação de momento pesquisado – o jornal circulou entre setembro de 1976 e janeiro de 1977, em plena ditadura civil-militar que perdurou por 21 anos no Brasil. Antes, durante e após o período em que o jornal atuou, as narrativas sobre os significados da ditadura dominaram os debates, acadêmicos ou não. Em segundo, porque já naquele momento outras tentativas de construção de narrativas pela imprensa estavam em andamento, após o estremecimento das relações entre os governos da ditadura e os proprietários de veículos da grande imprensa, que apoiaram golpe de 1964 contra o presidente João Goulart, e o surgimento de uma vigorosa imprensa alternativa, que criticava as políticas dos governantes que se revezaram no Brasil após o golpe. A *Gazeta Pelotense* foi mais uma dessas tentativas, sem se identificar com nenhum desses campos, constituindo outro, que na pesquisa denomino imprensa de transição.

A imprensa de transição é uma categoria que não se confunde com nenhuma das duas categorias usualmente associadas à imprensa do período da ditadura civil-militar inaugurada em 1964: grande imprensa e imprensa alternativa. Ao contrário de negar essas categorias, porém, a imprensa de transição absorve características dos dois modelos, sendo imprensa comercial ao mesmo tempo em que utiliza estratégias da imprensa alternativa, principalmente na cobertura de fatos que iam de encontro à propalada estabilidade econômica, política e social que o governo tentava “vender” à população.

A imprensa de transição é tratada como um “sintoma” do que o jornalismo não consegue ser corriqueiramente, pelos compromissos que seus agentes assumem com governos, partidos, empresas, fugindo do ideal de distanciamento crítico que é consenso no imaginário da profissão, mesmo que não seja a prática corrente observada nas páginas dos jornais impressos. A *Gazeta Pelotense*, mesmo tendo durado tão pouco tempo, é considerada exemplar da categoria que defendo, caracterizando-se por ser um empreendimento comercial em que esse aspecto não se sobrepôs ao projeto de fazer jornalismo independente, por mais que o cenário daquele momento dificultasse essa prática.

Para analisar esse processo de construção de narrativas, parto do entendimento de Stuart Hall (2016), segundo o qual representação é um sistema de produção e compartilhamento de sentidos. Portanto, um sistema ativo. Submetemos, segundo Hall, os objetos da representação à forma da intencionalidade discursiva. E é à natureza dessa forma que devemos atentar ao buscar, pelo discurso, elementos para compreender fatos passados. Hall parte de uma “abordagem social construtivista”, ou do “construtivismo social”, segundo o qual “a representação é concebida como parte constitutiva das coisas” (HALL, 2016, p. 26). Esta parte, que leva à constituição da cultura, conjunto de significados compartilhados pela linguagem, como a define o autor jamaicano em *Cultura e representação* (2016), identifica o caráter ativo da produção de sentidos.

Ou seja, contrariando a visão clássica, a representação não obedece a um sistema preestabelecido de conceitos que reproduzimos automaticamente, conforme determinada situação. O que não significa que algumas convenções não sejam necessárias para que um sistema de códigos torne a linguagem compreensível e reproduzível. O homem é produtor de cultura, logo, dos códigos e das representações que a tornam possível, pela linguagem, entendida em sentido amplo. E, desde o final do século passado, a imprensa transformou-se em um dos principais mecanismos de produção de representações nas sociedades modernas. Em seus estudos, Hall discutiu o papel da mídia nas sociedades. Para o autor, a representação é um conceito central. O real, para Hall, é uma construção social amplamente marcada pela mídia e suas imagens nas sociedades contemporâneas.

Na historiografia, não foram poucos os autores que se dedicaram à análise da imprensa e das representações que brotam de seus veículos. A perspectiva interdisciplinar adotada por vários desses autores permite o diálogo com estudiosos de outros campos de saber para discutir a produção de sentido através da imprensa. O historiador Pierre Nora, por exemplo, da terceira geração da Escola dos Annales²,

² O nome deve-se à renovação dos estudos historiográficos provocada por historiadores que, incomodados com as análises sobre a história política vigente até as duas primeiras décadas do século XX, inovaram a abordagem através de contribuições com a Revista dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. A principal característica da revista nos anos iniciais foi o “enriquecimento da história, por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática” (BURKE, 1991, p. 8). O que se chama escola na verdade é um conjunto de percepções sobre a abordagem historiográfica que sofre várias modificações em cerca de 60 anos. A ampliação das abordagens, dos objetos e dos problemas ganhou força principalmente com a terceira geração dos Annales, para quem “os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade

credita à imprensa a “mundialização” ou “democratização da história”. Para este historiador, “nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de sentido histórico. E somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade” (NORA, 1995, p. 180). Um dos principais papéis da imprensa para esta finalidade foi incluir grandes contingentes humanos no acesso a informações que estavam restritas a diminutos estratos da população. O desenvolvimento das comunicações, e principalmente, da imprensa, foi fundamental para esse novo estado de coisas.

É aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca sua presença e não nos pode evitar. (NORA, 1995, p. 181).

Do ponto de vista do impacto em nossa percepção, o autor destaca o reconhecimento público dos fatos como o fator mais importante.

Imprensa, rádio, imagens, não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. [...] O fato de terem acontecido não os torna históricos. *Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido.* (NORA, 1995, p. 181, grifos nossos).

Por isso mesmo, acontecimento, para o autor, não é o mesmo que fato cotidiano. Nora diferencia fatos do cotidiano, elementos “fora de categoria”, “consagrados ao inclassificável”, de acontecimentos, pertencentes a “uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional” (NORA, 1995, p. 184). Sem desconsiderar as aproximações entre ambos, feitas pelo senso comum. A consciência na abordagem do acontecimento faz com que ele não seja “o mesmo para um e para todos”.

A ela [imprensa] se deve a volta de um tipo de acontecimento: aquele onde os fatos se escondem e demandam a crítica da informação, a confrontação de testemunhos, a dissipação do segredo mantido pelos desmentidos oficiais, o colocar em questão princípios que apelam à inteligência e à reflexão, o apelo obrigado a um saber prévio que somente a imprensa escrita pode fornecer e recordar. (NORA, 1995, p. 182).

e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar” (LUCA, 2008, p. 112).

O impacto da imprensa na vida cotidiana contemporânea fez com que os jornais não pudessem mais ser ignorados como fonte para os historiadores. Embora seu uso ainda seja objeto de muita discussão, boa parte delas referentes às metodologias mais adequadas para uso de jornais, tanto como fontes como objetos de pesquisa. Isso porque por muito tempo as narrativas presentes nos jornais eram consideradas parciais, comprometidas com pontos de vista dos jornalistas, dos donos dos veículos ou das relações entre os veículos e seus financiadores ou patrocinadores.

É importante lembrar que os jornais nem sempre se preocuparam em reportar notícias, seguindo os princípios consolidados ao longo do tempo de imparcialidade, de transparência, de equilíbrio na cobertura dos fatos e de independência editorial. Os jornais surgiram como instrumentos a serviço de grupos ou partidos políticos e apenas com o tempo passaram a constituir um campo econômico autossustentado, em que a notícia é o principal produto ofertado ao público, e de onde deveria provir a credibilidade que sustentaria os veículos perante os leitores. Nesse sentido, é importante atentar para algumas contribuições do campo da pesquisa teórica em comunicação sobre a evolução do campo jornalístico e de seus regramentos.

Charron e de Bonville (2016), ao enquadrar as publicações em categorias segundo períodos, recorrem à noção de “tipos ideais” de Max Weber para estabelecer características aproximadas de veículos e seus modos de produção. A partir desses tipos ideais, é constituído um paradigma jornalístico, ou seja, um sistema normativo que orientará a produção do campo, criado conforme

uma prática fundamentada no exemplo e na imitação, constituído de postulados, de esquemas de interpretação, de valores e de modelos exemplares com os quais se identificam e se referem os membros de uma comunidade jornalística em um dado âmbito espaço-temporal, que unem os integrantes à comunidade e servem para legitimar a prática. (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 68).

Os autores referem-se às regras práticas seguidas por grupos profissionais que, pela utilização permanente, permitem sua compreensão e aceitação coletivas. Essas regras não se originaram de códigos, mas da própria prática dos profissionais do jornalismo. Embora não partam das mesmas premissas, esse entendimento aproxima-se da ideia de “construção” apresentada por Hall (2016). O paradigma jornalístico é produto das práticas de um determinado grupo especializado durante

certo período, em um espaço e tempo. Quando essas práticas não servem mais ao grupo, são substituídas por outras, aceitas pelo grupo, formando-se então novo paradigma jornalístico. O papel dos e das profissionais é ativo, no sentido atribuído ao termo por Hall (2016).

A periodização do jornalismo é estabelecida por Charron e de Bonville (2016) segundo as categorias de transmissão, de opinião, de informação e de comunicação. Há semelhanças com a periodização adotada por historiadores, mas também problemas. Para os autores, a classificação dos historiadores ressoa-se de uma análise mais apurada com relação às dimensões factual, conjuntural e estrutural dos processos de produção da imprensa. As configurações particulares dos acontecimentos, suas alterações nos planos sincrônico e diacrônico, as variações conjunturais, além do conhecimento dos acontecimentos relevantes são, segundo Charron e de Bonville, limites da historiografia nas tentativas de periodização da imprensa.

Segundo os autores, a própria denominação “imprensa” utilizada por historiadores seria “somente uma forma cômoda de designar um conjunto” (CHARRON; DE BONVILLE, 2006, p. 173). O historiador, segundo eles, não se interessaria “pela imprensa como tal, mas, sim, pelas publicações periódicas e – eventualmente, mas não necessariamente – pelas empresas que as editam” (CHARRON; DE BONVILLE, 2006, p. 173). A autocrítica e revisão constantes da historiografia com relação a seus métodos para a utilização das fontes jornalísticas não deixa de ser uma resposta às críticas desses autores.

Mas algumas das características dos modelos de Charron e de Bonville (2016) se aproximam das periodizações historiográficas relacionadas à imprensa, como a dependência política inicial no *jornalismo de transmissão*, o *jornalismo de opinião* da sociedade pré-industrial, a estruturação de um setor econômico que envolve a produção de notícias em jornais no *jornalismo de informação*, até a produção superespecializada dos últimos tempos do *jornalismo de comunicação* (CHARRON; DE BONVILLE, 2016. p. 143-144).

A *Gazeta Pelotense*, segundo entendo, é enquadrada no período do jornalismo de informação. Para Charron e de Bonville, o jornalismo de informação

é a forma específica de jornalismo de uma sociedade urbanizada na qual a produção industrial constitui a principal fonte de acúmulo de capital (sociedade industrial). O jornal de informação é caracterizado

por um tipo particular de textos, a “notícia”. Esta trata de assuntos diversos, mas retrata especialmente personagens importantes nos campos político, econômico, social, cultural, etc. O principal objetivo da notícia é *descrever fielmente a realidade tal como o jornalista a apreendeu* (CHARRON; DE BONVILLE, 2016. p. 142, grifos nossos).

Situar os relatos jornalísticos como condicionados pelos fatores objetivos e subjetivos grifados no trecho reproduzido acima foi uma forma de superar as restrições dos historiadores com relação à utilização dos jornais como fontes. Nem sempre essa verdade é admitida por jornalistas, que costumam se ver como quem retrata os fatos “de forma verdadeira”. Mas, como alerta Miguel (2001):

Do conjunto inesgotável de eventos, banais ou extraordinários, que ocorrem todos os dias, o jornalismo elege um pequeno número que transforma em notícia e aos quais concede ampla circulação. Fora do seu círculo direto de relações pessoais e profissionais, o cidadão comum só possui acesso aos eventos que passaram por este filtro; e, sobre tais eventos, tem acesso apenas aos aspectos que foram considerados dignos de veiculação. (MIGUEL, 2001, p. 44).

Com o tempo, a prescrição de cuidados variados fez com que novas metodologias superassem a desconfiança que marcou o uso das fontes jornalísticas como objetos de pesquisa em sua fase inicial. A observação das relações internas e das determinações externas, a relação com o público leitor e com fornecedores, etc., para a produção dos jornais, passou a interessar os pesquisadores e a determinar as possibilidades de aproximação dessas fontes. A disposição das matérias no jornal, a estrutura temática, as equipes grandes e especializadas, a diversificação das fontes, a dependência do jornalista com relação ao empregador (tanto com relação ao salário quanto com relação ao conteúdo de seus artigos), o aporte considerável de capital pelas empresas, o volume dos jornais, equilibrando material informativo e material publicitário e a capacidade de produção industrial, tanto da empresa jornalística quanto dos anunciantes, todas essas são marcas do jornalismo de informação (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 142-143). Os autores elencam outras características que devem ser consideradas para a análise das práticas jornalísticas: prática discursiva pública, periódica, realística, que explora as categorias do senso comum, ou seja, trata de situações concretas com implicação imediata para a coletividade a que se destina, produzindo uma representação do real a partir de critérios compartilhados por essa coletividade (CHARRON; DE BONVILLE, 2016. p. 185 e ss.).

Todos esses elementos são registrados aqui para que se estabeleçam características da imprensa e de seu impacto sobre a sociedade, destacando-se principalmente sua capacidade de construção de narrativas a partir desses condicionantes. Obviamente na atualidade essa produção não é a mesma dos tempos em que a *Gazeta Pelotense* circulou, dada a emergência das mídias digitais, principalmente, com enorme repercussão no universo da mídia impressa. Mas, durante a ditadura, ninguém duvidava da influência dos meios impressos na formação da opinião pública no país³.

***Gazeta Pelotense*, história oral e jornalismo**

A história do jornal *Gazeta Pelotense* é rememorada neste artigo a partir de depoimentos de alguns dos integrantes da antiga redação. Segundo esses participantes, a iniciativa tinha uma função que se sobressaía: praticar um jornalismo diferenciado com relação ao que então se praticava, apostando na formação do público. Para isso, investiam na cobertura dos fatos culturais e nas possibilidades apresentadas pelo uso de tecnologias gráficas ainda pouco comuns no meio, iniciativas também associadas a propostas editoriais inovadoras. Essas são características típicas de períodos de transição da imprensa, em que se abrem novas possibilidades de práticas jornalísticas. No caso, pelo desenvolvimento técnico em vigor naquele momento, também como desdobramento de inovações produzidas em momentos anteriores, e pelos primeiros sinais da transição da ditadura em direção à abertura política no país.

Contar a história do jornal é uma tarefa inédita em nível de pós-graduação. Na Bibliotheca Pública Pelotense existem apenas 42 exemplares do jornal, dos 91 publicados. Além desses, foi possível reunir exemplares que estavam de posse de antigos integrantes da redação do jornal ou de seus familiares, que foram cedidos para esta pesquisa. No total, foram obtidos 88 números. Em uma busca rápida na internet, pouquíssimos registros sobre o jornal são encontrados. Para contar a história da publicação, é importante, então, buscar os depoimentos das pessoas que ajudaram a viabilizá-la. Com essa finalidade, entrevistas foram feitas com vários antigos integrantes da redação. Entre eles, o diretor superintendente e principal mentor do

³ A pesquisa que desenvolvo trata especificamente de um meio impresso, não dos eletrônicos, embora as difusões feitas pelo rádio, principalmente, e menos acentuadamente, pela televisão, começassem a disputar a atenção do público já naquele momento, no Brasil.

projeto do jornal, o jornalista, ilustrador e escritor Aldyr Garcia Schlee, falecido em novembro de 2018, dois meses após a primeira e única entrevista feita com ele sobre a *Gazeta Pelotense*. Como dito, na época em que a *Gazeta Pelotense* foi lançada, a ditadura civil-militar começava a esboçar outros rumos, sinalizando com uma proposta de distensão apresentada pelo general Ernesto Geisel (1907-1996), à frente do governo entre os anos de 1975 e 1979. A abertura política ainda demoraria.

Por uma coincidência histórica, este é o momento em que começam a ser superadas as dificuldades que a história oral enfrentou para penetrar os círculos acadêmicos no Brasil. Meihy (1998, p. 101) observa que o golpe de 1964 “coibiu projetos e registros que gravassem experiências, opiniões ou depoimentos”. Por outro lado, foi a própria natureza do regime que fez a história oral se afirmar “como uma das alternativas para a afirmação da democracia”. Além do próprio regime, pesou inicialmente contra a história oral, ainda segundo Meihy,

a falta de tradições institucionais não acadêmicas que se empenhassem em desenvolver projetos registradores de histórias locais e de tradições populares, e a ausência de laços universitários com os localismos e a cultura popular. (MEIHY, 1998, p. 100).

Meihy lembra o caráter dissociado entre a realidade e a cultura acadêmica, que ainda hoje permeia os estudos de vários campos. Segundo o autor,

Os compromissos internos a cada disciplina universitária voltada aos pressupostos epistemológicos de suas matérias [...] ficaram marcados muito fortemente, impossibilitando o diálogo entre os campos que tratavam de depoimentos, testemunhos e entrevistas. (MEIHY, 1998, p. 101).

Somente a partir do fim dos anos 1970, e principalmente depois de 1983, segundo o autor, com a abertura política, é que o ambiente se tornou mais favorável para o estabelecimento dos estudos com história oral no país. O Brasil, então, passou a se destacar na área. O que fica claro, considerando essas observações, é que há uma relação direta entre a ditadura civil-militar instaurada em 1964 e os limites para o uso da história oral no país, como técnica ou metodologia. O marco decisivo para romper essa tendência foi o “Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetórias”, realizado na Universidade de São Paulo (USP), em 1992, com a proposição da criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), efetivada dois anos depois, em 1994.

Mas antes disso, uma curiosidade histórica, relacionada ao período em que a criação da *Gazeta Pelotense* já vinha sendo discutida: em 1975 a Fundação Ford e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro, tentaram estruturar uma organização, sem sucesso, mas que originou no programa pioneiro em história oral no Brasil, abrigado, posteriormente, no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Mais do que curiosidade, é um sinal de que iniciativas de rompimento com as barreiras impostas pelo regime estavam sendo gestadas em várias áreas. Algumas com sucesso, ou frutos; outras, como memória, nem por isso menos importantes como registros de inconformidade com os tempos obscuros de então.

A relação entre história oral e jornalismo vem sendo discutida já há algum tempo, em congressos, simpósios e encontros de historiadores (ROUCHOU, 2003; MACIEL, 2007). E isso por pelo menos duas razões: por um lado, o uso dos jornais como fonte está consagrado no campo da historiografia; por outro, a própria imprensa é cada vez mais objeto de investigação por historiadores. É razoável, então, que as práticas de ambas as áreas sejam postas em discussão. Nesse sentido, a natureza das entrevistas em um e outro campo assoma como um dos instrumentos mais discutidos. No caso da história oral, não apenas como técnica, mas como método. Voltamos a Meihy (1998, p. 44):

Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam os depoimentos como atenção central dos estudos. Trata-se de focalizar as entrevistas como ponto central das análises. Para valorizá-las metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolhimento das entrevistas, em seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados.

Ou seja, a história oral dependerá, como elemento central de validação, dos cuidados com os procedimentos para o planejamento, a coleta e o tratamento das entrevistas, já que estas serão o eixo que sustenta a metodologia. O que demandará processos e mesmo um tempo que na maior parte das vezes não está presente na rotina dos jornalistas, às voltas com produção quase sempre diária de informação. Essa é uma primeira e importante diferença entre os dois campos. Mas há outras. O jornalismo, do ponto de vista do historiador, não poucas vezes é visto como fonte da “historiografia oficial”, que a história oral contestaria, já que não se proporia à mera “produção de ‘documentos’ afirmativos estanques”, buscando “contar outra história”

(MACIEL, 2007, p. 3). Por fim, e para citar apenas mais uma diferença, possivelmente a fundamental entre os dois campos, ambos lidam com produções discursivas que dão voz a diferentes sujeitos e grupos a partir do presente, mas com objetivos diferentes.

No caso do Jornalismo, a atualidade é seu foco, [a partir da qual] se apresentam os fatos do passado e se projetam os acontecimentos no futuro. No trabalho dos oralistas, por sua vez, também o cotidiano e os fatos se entrelaçam para garantir a lógica da vida coletiva, mas a atenção está voltada para as experiências do passado atualizadas pela memória no presente. (MACIEL, 2007, p. 2).

O jornalista vive em função do presente. O oralista tem ciência de que a construção do presente é produto de uma reelaboração da memória dos fatos do passado.

Por outro lado, algumas das regras aplicáveis à história oral são impraticáveis no âmbito do jornalismo. É impossível para o jornalista situar o depoimento de alguém como parte de sua vivência, quase em cumplicidade com a fonte, como parecem sugerir alguns oralistas. Por outro lado, a devolutiva das entrevistas, dependendo do assunto investigado, inviabilizaria a prática do jornalismo. Imagine-se, por exemplo, uma reportagem sobre um escândalo qualquer em que a entrevista tivesse que ser submetida ao investigado antes de ir a público⁴.

Um aspecto comum a ambos os campos é que a história contada por alguém nunca é a história, e sim uma versão de fatos ou acontecimentos. Mas essas versões também devem ser levadas em conta pelo historiador: “[...] o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro” (PORTELLI, 1996, p. 4). Para o autor,

[...] a palavra-chave aqui é *possibilidade*. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (PORTELLI, 1996, p. 7, grifo do autor).

⁴ Na pesquisa que realizei para o mestrado, as técnicas da história oral para o tratamento das entrevistas são consideradas para fins de análise da metodologia.

Para Alberti (2005), os relatos constituem “versões” sobre os fatos, e historiadores e jornalistas são dois dos principais atores sociais que estabelecem essas versões. Ambos precisam conferir validade aos seus relatos, para que não se tornem pura relativização, ou meras versões subjetivas dos fatos. Os relatos presentes nesse artigo são produto das histórias de vida de vários dos depoentes, que os motivaram a participar do projeto *Gazeta Pelotense*. Na pesquisa, são confrontados com os conteúdos dispostos nas páginas do jornal, e mesmo em outros documentos que retratam aquele período.

Ao tratar da relação entre versão dos entrevistados e documentos, Alberti (2005) enfatiza a necessidade de situar contextos histórico e cultural e os próprios pontos de vista dos entrevistados. “Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 25). Ao contrário, essas fontes serão imprescindíveis. Somente a partir da comparação entre o dito e o registrado será possível obter uma versão mais fidedigna sobre eventos passados.

A *Gazeta Pelotense* é um jornal tabloide diário com 24 páginas e um caderno dominical com 16 páginas. Surgiu vespertino, mas, após apenas a primeira edição (Figura 1), passou a ser matutino. Durante entrevista a Bittencourt (1989)⁵, Schlee explicou a razão para a mudança:

Para mim, o jornal deve ser vespertino sempre. Mas, como somos subordinados às agências do exterior, que adotam o horário matutino para emissão das notícias via telex, conseqüentemente o jornal sairá, aqui, de manhã. O único jornal no Brasil que tenho conhecimento, que cumpria o horário vespertino, foi o *Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand. (BITTENCOURT, 1989, p. 24).

⁵ Esta foi a única pesquisa sobre o jornal que encontrei, um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por Rosa Aparecida Bittencourt ao Curso de Comunicação da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em 1989.



Figura 1 – Gazeta Pelotense, n. 1, set/1976. Reprodução do autor.

Quase 60 pessoas integravam a equipe, entre gráficos, administrativo, fotógrafos, redatores e editores. A tiragem inicial diária foi de 10 mil exemplares, passando a 7,5 mil unidades, até atingir 5 mil unidades⁶. A linguagem editorial e gráfica buscava uma especificidade local, retomando algumas inovações introduzidas anos antes, no período entre o final do Estado Novo e o golpe de 1964, nas reformas gráficas e editoriais do *Jornal do Brasil* e da *Última Hora*, nos anos 1950, de *O Estado de S. Paulo*, entre 1952 e 1963, e do *Jornal da Tarde*, em 1966. Ao mesmo tempo, a *Gazeta Pelotense* mantinha sintonia com as novidades contemporâneas, como as

⁶ Essas informações estão em BITTENCOURT (1989). O vice-presidente do jornal, Paulo Luiz Barcelos Góz, afirmou em entrevista que a tiragem inicial foi de cinco mil exemplares, passando a 10 mil unidades. Na época, não houve verificação pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), que começara a atuar no Brasil em 1961, vinculado à Associação Brasileira de Publicidade (ABP). Disponível em: IVC Brasil: <https://ivcbrasil.org.br/#/institucional/fundacao>; ANER: <https://aner.org.br/wp-institucional/ivc-brasil-lanca-nova-marca-e-muda-nome/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

reformas gráfica e editorial da *Folha de S. Paulo*, que ocorreram justamente naquele período, entre 1975 e 1976 (MARTINS; LUCA, 2013)⁷.

A linguagem gráfica e editorial adotada pela *Gazeta Pelotense* não desconsiderava todo esse passado, mas, principalmente, as necessidades do presente, relacionadas ao envolvimento de vários colaboradores do jornal, inclusive o próprio Schlee, em atividades consideradas “subversivas” pela ditadura:

Tivemos um grupo de colaboradores que era para limpar a pecha que nós tínhamos. [O jornal] adotou aquela forma média de fazer jornal para não revelar nenhum conteúdo ideológico mais forte. Isso era para superar o período que nós tínhamos que nos adaptar ao dono do jornal. Mas era sem concessões. Aliás, tinha uma, que era uma pessoa de confiança do dono fazendo o editorial. Assim, não corríamos nenhum risco⁸.

Muitos acontecimentos da época em que o jornal circulou foram objeto de matérias na *Gazeta Pelotense*, ora como produção do jornal, ora como reprodução das notícias publicadas pelos jornais do centro do país. Algumas mereceram tratamento especial. O sepultamento do ex-presidente João Goulart, que faleceu em 6 de dezembro de 1976, foi registrado na edição de número 68, de 8 de dezembro. O material foi produzido por uma equipe constituída pelo repórter Robson Barenho e a fotógrafa Maria do Carmo Jansen Lessa, a Duca Lessa. Ambos foram enviados a São Borja, distante quase 600 quilômetros de Pelotas, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul com a Argentina. Segundo a fotógrafa Duca Lessa, os filmes com as fotos foram mandados pelo avião em que viajava o presidente da Assembleia Legislativa João Carlos Gastal, do MDB, até Porto Alegre, para que de lá fossem enviadas a Pelotas em um dos ônibus da empresa Expresso Embaixador, de propriedade do empresário Manoel Marques da Fonseca Júnior, financiador do jornal.

A reportagem rendeu capa e mais três páginas internas com textos e fotos, além de várias notas e comentários em várias outras páginas. Na edição daquele dia, o *Diário Popular*, principal concorrente local, e apoiador do golpe de 1964 e dos

⁷ As reformas do jornal *Estado de S. Paulo*, nos anos 1950 e 1960, e da *Folha de S. Paulo*, nos anos 1970, foram comandadas pelo jornalista Claudio Abramo. Esta informação pretende mostrar a importância de um profissional que, mesmo não sendo proprietário de jornais, esteve à frente de mudanças gráficas e editoriais profundas na imprensa brasileira, como o jornalista Janio de Freitas já fizera no *Jornal do Brasil*, nos anos 1950. O acompanhamento dessas personalidades e sua atuação nos jornais pode ser fonte de informações valiosas, que deveriam acompanhar as análises de veículos e de suas atuações ao longo da história.

⁸ Entrevista de Aldyr Garcia Schlee concedida ao autor em agosto de 2018.

governos militares, reproduziu matéria da *Agência Jornal do Brasil* na parte inferior da capa. Durante a entrevista gravada com Duca Lessa em abril de 2019, a fotógrafa recordou a cobertura:

Subi em muro, subi em árvore, meu deus do céu, nunca mais consegui fazer isso na minha vida. [Para, chora, com o jornal nas mãos.] Eu nem sabia que era boa. Eu estudava Jornalismo e estudava Direito. O Schlee era meu professor de Direito Internacional Público. E aí começou essa história de abrir um jornal em Pelotas. Aí o Schlee me dizia: “Ah, vou precisar de ti, uma foquinha⁹”. Fui fazer um estágio em uma rádio, primeiro, a Rádio Pelotense. Ali que ele começou a montar a equipe.

A entrevista com Duca Lessa em seu estúdio fotográfico na região central de Pelotas foi interrompida algumas vezes pelo choro da fotógrafa.

Não sabia o que era fotografia. Não era uma pessoa muito dada a texto. Não sabia muito bem o que eu queria. Aí, durante o curso, fui fazer uma matéria, entrevistar um casal de fotógrafos que estava no Grande Hotel, que trabalhavam uma época em Punta del Este [Uruguai] e outra época em Bariloche [Argentina]. E me convidaram para ir a Bariloche com uma equipe de fotógrafos. Nunca havia pegado em uma máquina. Mas fui embora para Bariloche. Eu era menor, mas emancipada. Meus pais deixaram e eu fiquei três meses em Bariloche. O cara que me convidou era ligado aos Tupamaros¹⁰. Em Bariloche, não me deram uma máquina, mas me colocaram em um porão para revelar os filmes dos outros fotógrafos. Eram fotos turísticas, mas tinha um esquema de militância. Eu via que tudo era sigiloso, falado em meias palavras. Foi uma experiência maravilhosa. Quando voltei, entrei na Rádio Pelotense e passei a fazer textos curtos. Foi quando o Schlee me convidou.

Depois que saiu do jornal, aquela era a primeira vez que a fotógrafa via uma edição impressa da publicação. Para ela, foi a oportunidade de mergulhar um pouco mais no “espírito da época” das ditaduras e da luta armada na América Latina.

A entrevista com o jornalista Robson Barenho foi feita pela internet. Logo no começo da conversa, o jornalista mostrou a carteira de trabalho com o registro do contrato com a Gráfica Independente Ltda., editora do jornal, entre novembro de 1976

⁹ “Foca” é o termo que se usa para o estreante na profissão jornalística.

¹⁰ Principal organização armada da esquerda uruguaia, o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN) foi criado em 1965. A fase inicial de atuação é considerada a “fase Robin Hood”, com várias ações que visavam à distribuição de dinheiro e alimentos para a população. O ápice das ações constou de assaltos a bancos e financeiras e os sequestros de autoridades estrangeiras. Nos anos seguintes, a retomada do processo eleitoral e a constituição da Frente Ampla enfraqueceram o movimento (PADRÓS, 2005). Uma das principais lideranças, José Mujica, foi eleito presidente do Uruguai em dezembro de 2012.

e janeiro de 1977, quando o jornal deixou de circular. A cobertura do sepultamento do ex-presidente João Goulart também oportunizou ao jornalista – e ao entrevistador – um panorama da aventura que era fazer jornalismo na época.

Fomos de carona cobrir o enterro. Fui na Câmara dos Vereadores repercutir a morte do João Goulart e soube que eles iam mandar uma comissão. Reivindiquei um lugar para a equipe da *Gazeta*. No fim da tarde do dia 6 de novembro, saímos de carro eu, a Duca [Lessa], os vereadores Paulo Aci Teixeira, Raimundo Vieira da Cunha. A Duca me disse que também estava o professor José Saraiva, um janguista fanático. Atravessamos a noite, uma estrada horrorosa. Chegamos de manhã lá. Esse foi o único texto que assinei sem ter escrito. Eu não escrevi, eu ditei. Fui improvisando o texto. Não tinha como escrever no tumulto do cemitério, no tumulto de rua. Eu tinha umas anotações impressas. A imprensa do Brasil foi lá, imagina se vai sobrar um telex pra *Gazeta Pelotense*. De um lado, a Duca providenciou que levasse os filmes. Fui pra um telefone no fim de tarde, depois que tinha terminado o enterro. Fui pro telefone com algumas anotações. Por sorte, colocaram do outro lado da linha o Getúlio Malta Neves, que era um excelente jornalista. O Getúlio ia anotando e eu ia improvisando. Eu tenho certeza que só consegui fazer isso porque tinha formação de rádio. Se não, seria muito complicado. Ia dar informações esparsas e ele construiria o texto. “Aos gritos de ‘Jango, Jango’, ‘viva Jango, ‘liberdade, liberdade’”, acho que é assim que começa o texto. Nunca mais esqueci.

O mentor do jornal, Aldyr Garcia Schlee, montava a equipe com alguns profissionais com experiência com texto, alunos do curso de Jornalismo da UCPel e pessoas de sua confiança para trabalhar em setores-chave, como na gráfica, caso do secretário gráfico do jornal, Luís Carlos Vaz. O entendimento era que os integrantes da equipe deveriam passar por um processo de aprendizado, para depois formar um público leitor. Afinal, poucos tinham experiência de trabalho na imprensa, e menos ainda em um jornal diário. Schlee era um dos poucos com experiência em redação.

Natural de Jaguarão (RS), Schlee foi um dos fundadores do curso de Comunicação da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), além de professor de Português, Literatura e Retórica no Colégio Municipal Pelotense. Um ano após o golpe, em 1965, foi impedido de defender sua tese de doutorado. Intitulada *Direito de Autodeterminação dos Povos*, a tese foi “recolhida a um quartel”, conforme afirmou Schlee em discurso proferido em 2012, durante cerimônia para a obtenção do título de professor emérito da Universidade Federal de Pelotas¹¹. Apenas em 1977, ano

¹¹ Cf. PELOTAS 13 HORAS, com íntegra do discurso. Disponível em: <http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee-->

seguinte à inauguração da *Gazeta Pelotense*, quando o jornal já não circulava mais, foi possível a Schlee defender sua tese e receber o título de Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 12 anos de obstrução da carreira acadêmica por conta da perseguição política sofrida durante a ditadura.

Antes de dirigir a *Gazeta Pelotense*, Schlee já havia construído uma sólida carreira no jornalismo impresso. Estagiou no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, por conta da premiação obtida em 1953, aos 19 anos, no concurso que escolheu a melhor arte para a camisa da Seleção Brasileira de futebol. No Rio de Janeiro, conviveu com jornalistas e escritores como Nelson Rodrigues, Antônio Callado, Millôr Fernandes, Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta) e Samuel Wainer. Com este, trabalhou como planejador gráfico no jornal *Última Hora*, em Porto Alegre (RS). Trabalhou no jornal *A Opinião Pública*¹² e foi secretário de redação do *Diário Popular*, ambos de Pelotas, nos anos 1960. No *Diário Popular*, em 1963, ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, o mais importante do país para jornalismo, na categoria regional, com a reportagem “O xisto betuminoso no Rio Grande do Sul, seu aproveitamento e sua industrialização”. Após o encerramento das atividades da *Gazeta Pelotense*, dedicou-se apenas à docência, como professor na Faculdade de Direito da UFPel, e à escrita, sendo um dos autores e tradutores mais premiados do Rio Grande do Sul, com reconhecimento além-fronteiras, principalmente no Uruguai, espécie de segunda – ou primeira – pátria.

O uso em profusão de imagens em que os leitores pudessem “se ver” (Figura 2) era a estratégia principal para que a *Gazeta Pelotense* pudesse resistir nos primeiros seis meses necessários para que o jornal se consolidasse no mercado. Mas também tinha relação com a formação de Schlee, muito voltada para as artes gráficas. Os cuidados impediriam que houvesse atropelos para colocar a publicação na rua. Segundo Schlee:

A ideia era ambiciosa, mas era bem pensada porque, para chegar onde a gente queria, nós íamos levar um ano e meio. Nós precisávamos de meio ano para lançar coisas que impactassem. Primeiro, no aspecto gráfico. Depois, passado o primeiro ano de vida, aí íamos mudar a orientação editorial.

durante-recebimento-do-titulo-de-professor-emerito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912d6c03. Acessado em: 10 ago. 2018.

¹² Concorrente do *Diário Popular* e não mais em circulação nos anos 1970.

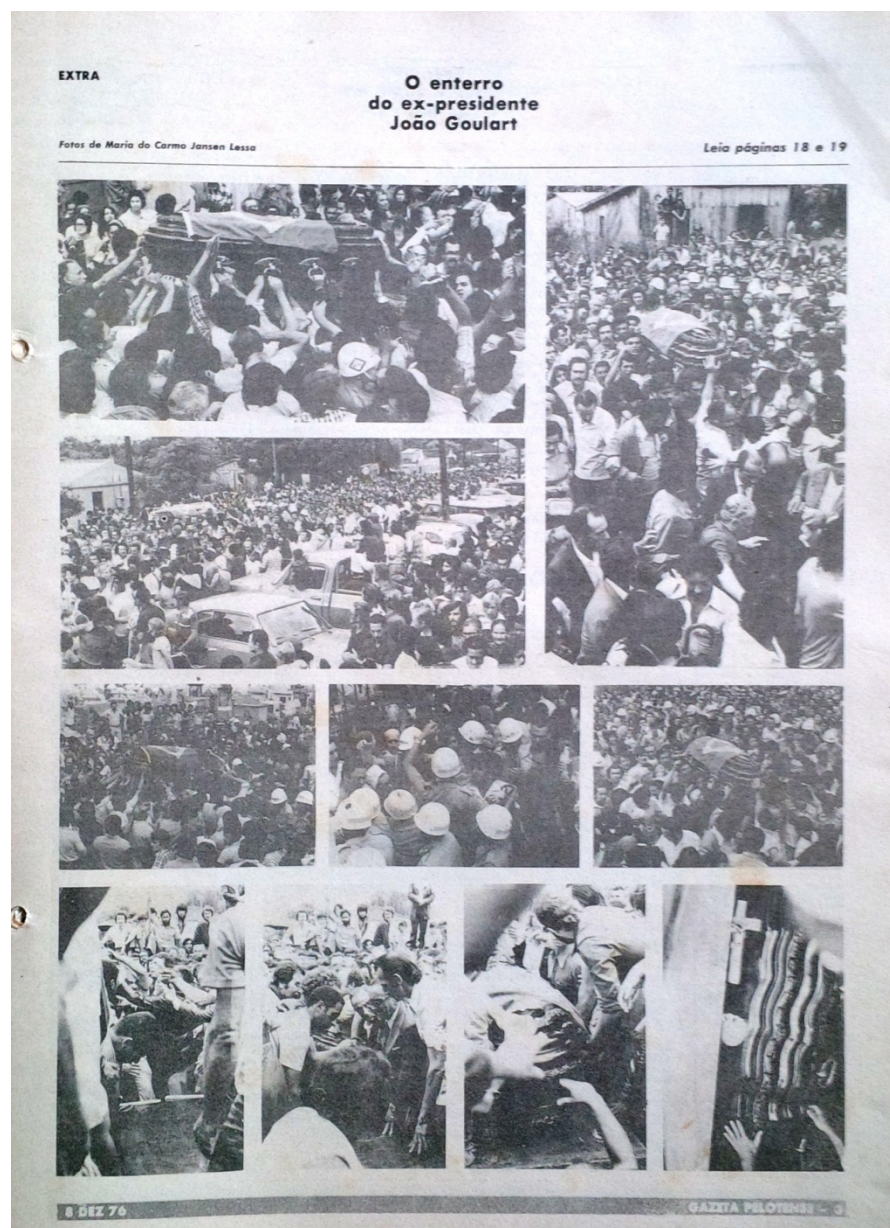


Figura 2 – Gazeta Pelotense n. 68, out/1976. Reprodução do autor.

Esse viés jogava provisoriamente para frente um desafio que a equipe do jornal, principalmente os jornalistas, teriam que enfrentar em algum momento. Afinal, essa forma de produzir a publicação não poderia conviver com a ambição de fazer um jornalismo cuja qualidade não se restringisse à tecnologia empregada. Como o próprio Schlee reconhecia:

Nós tínhamos uma equipe de qualidade. Uma amiga do Rio de Janeiro, atenta, mandou dizer que estávamos perdendo tempo. “O dono do jornal vai exigir de vocês sempre esse tipo de coisa”, disse ela. “Vocês têm que ser mais agressivos.” Essa amiga sabia das coisas, tinha um marido que morreu na guerrilha, em um grupo que apoiamos bastante aqui. E teve essa outra questão, que não tem a ver diretamente com o jornal. Na verdade, estávamos escondidos atrás do jornal.

Os compromissos e o passado de Schlee e de parte de integrantes da equipe impediam que o jornal fosse apenas uma caixa de ressonância de interesses oficiais ou empresariais. O ex-professor de Literatura da UFPel João Manoel Cunha era editor de Variedades da *Gazeta Pelotense*. Sua relação com o jornalismo não foi contínua, mas algumas experiências o marcaram. Entre elas, as crônicas que escrevia para o jornal da imprensa negra *A Alvorada*, ainda nos anos 1960, em Pelotas, e também para o *Diário Popular*. Como sua relação foi sempre com a cultura, chegou a pensar em fazer o caderno dominical da *Gazeta Pelotense*, em um primeiro momento, que acabou ficando sob a responsabilidade de Valter Sobreiro Júnior. Virou editor da seção “Social e Cultural”, em página dupla central. João Manoel Cunha relatou a intenção que o motivou a participar da equipe e o cenário cultural da cidade:

Não havia onde ler uma crítica literária em Pelotas. No *Diário Popular*, havia gente que fazia a crítica de óperas do século XIX, ainda com aquela ideia de “Pelotas Atenas”. Eram pessoas ótimas, com quem a gente aprendia, inclusive, mas que não davam conta do que acontecia no momento. Ninguém fazia as entrevistas que publicamos sobre o último disco do “fulano”, a peça de teatro do “beltrano”. A ideia era ter um jornal que atendesse a essa necessidade de informar a população da cidade sobre o que acontecia no país e até no mundo, para poder atualizar o pensamento cultural do pelotense. Havia uma dificuldade imensa de fazer isso.

Na narrativa de João Manoel Cunha, observa-se uma peculiaridade da cidade, que remete a Portelli (1996), quando este trata das memórias individuais e das memórias de grupos. No caso, da tradição cultural da cidade, que se perdeu com o tempo. Apesar de ser considerada a “Atenas” do Rio Grande do Sul, pelo passado já não tão recente de investimento na cultura, com a construção de teatros e apresentações culturais variadas, a cidade havia perdido essa referência. Um dos motivos que se depreende da fala do professor João Manoel é que não havia sintonia com os fatos culturais do presente. Era como se a cidade tivesse parado no tempo,

ficando presa a uma memória que não tinha mais apelo para os habitantes de Pelotas na segunda metade dos anos 1970.

Tínhamos claro que faríamos um veículo não só de informação, mas de formação. A ideia que eu e meus colegas tínhamos era a de formar leitores para o jornal. Claro que fazíamos concessões. Havia coluna policial, falando sobre quem matou quem, fulano atropelou sicrano, um jornal normal. Mas íamos fazer um jornal de formação. Formação de plateias, cultural, humanística. Porque não tínhamos isso. A ideia era formar leitores para esse jornal. Não lembro de termos feito uma reunião sobre a orientação política do jornal. Queríamos formar nosso leitor, sob todos os pontos de vista.

Neste caso, superpõem-se a intenção dos jornalistas e o que pensavam ser a demanda dos habitantes da cidade por cultura e “formação”, que tem pelo menos dois sentidos: de formação de um público leitor e de qualificação desse público. E aquele semestre foi generoso para os redatores da área cultural, com festivais de cinema, teatro e música, encontros literários, entre várias outras atividades.

Nas edições dominicais do jornal, os cadernos de cultura traziam notícias sobre a estreia de filmes que mexiam com o imaginário não só de Pelotas, mas do Brasil. Os redatores tentavam trazer para a cena local as discussões que se davam em nível nacional, por exemplo, com as peripécias de Jack Nicholson em “O estranho no ninho” (1975), um clássico do cinema dirigido por Milos Forman e lançado no Brasil apenas quatro meses antes do primeiro número da *Gazeta Pelotense*. “Fazíamos críticas de filmes e matérias sobre os cineastas. O Schlee não nos pautava, ele confiava nas pessoas”, lembra João Manoel Cunha.

O entendimento de Schlee sobre a forma de fazer jornal certamente levava em conta essas relações e o contexto. A expressão remete também a uma característica própria do que Portelli (1996) chama de fontes orais de classes hegemônicas, com termos e entendimentos de determinados segmentos que traduzem formas específicas de linguagem e atribuição de sentido. Os entrevistados para esta pesquisa são integrantes das classes educadas. O que não impede que suas narrativas misturem aspectos “históricos, poéticos e míticos” (PORTELLI, 1996, p. 6). Verdade pessoal e imaginação misturam-se claramente no caso das memórias dos integrantes da *Gazeta Pelotense*. A razão é uma só: todos queriam desenvolver um projeto que fosse único.

Conclusão

As narrativas construídas pela e sobre a imprensa do período da ditadura civil-militar do Brasil inaugurada em 1964 usualmente sugerem dois campos em oposição: grande imprensa e imprensa alternativa. A grande imprensa apoiou o golpe contra o presidente João Goulart, em sua quase totalidade. A imprensa alternativa surgiu para fazer frente aos governos da ditadura e mesmo à grande imprensa comprometida com esses governos.

Segundo defendo em pesquisa sobre o jornal, a *Gazeta Pelotense* surgiu naquele momento para tentar praticar jornalismo sem se identificar com esses dois campos, constituindo outro campo, o da imprensa de transição. Ao contrário de desconsiderar as classificações usuais, defendo que a imprensa de transição absorve características das duas categorias consagradas pela historiografia com relação à imprensa do período, um momento de transformações da sociedade e da própria imprensa devidas a fatores variados, como novas tecnologias, mudanças políticas, etc.

Neste artigo, os depoimentos de antigos integrantes da redação do jornal situam os objetivos da publicação em um cenário de mudanças. São depoimentos que também devem ser analisados como tentativas de produção de sentido, ou seja, construções de representações sobre fatos passados mediadas pela memória, nos moldes estabelecidos pela história oral.

Os responsáveis pela publicação pretendiam formar leitores para o periódico, apostando na prioridade da cobertura de fatos culturais pelo jornal, além de adotar uma prática independente com relação ao governo da ditadura na cobertura de temas sociais, econômicos e políticos, principalmente. O pouco tempo de duração da iniciativa não permitiu que o projeto se consolidasse, mas ilustra uma tentativa de prática jornalística que não se identificava com os modelos comumente aceitos pela historiografia para aquele momento.

Artigo recebido em 25 de fevereiro de 2021.

Aprovado para publicação em 06 de maio de 2021.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ANER. “IVC Brasil apresenta nova marca e muda nome”. *Associação Nacional de Editores de Revistas*. 2015. Disponível em: <https://aner.org.br/wp-institucional/ivc-brasil-lanca-nova-marca-e-muda-nome/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BARENHO, Robson. *Robson Barenho*: entrevista [jul. 2020]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2020.

BITTENCOURT, Rosa Aparecida. *Gazeta Pelotense, uma história*. 1989. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo). Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS), 1989.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2. ed., São Paulo: UNESP, 1991. 216 p.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CUNHA, João Manoel. *João Manoel Cunha*: entrevista [jul. 2018]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018.

GÓZ, Paulo Luiz Barcelos. *Paulo Luiz Barcelos Góz*: entrevista [set. 2019]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2019. 1 arquivo .mp4 (83 min.).

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora PUCRio, 2016.

IVC BRASIL. “Fundação do IVC”. *IVC*. Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/institucional/fundacao>. Acesso em: 20 nov. 2019.

JORNAL GAZETA PELOTENSE. Pelotas (RS), *n^{os} 0 a 90*, set. 1976/jan. 1977.

LESSA, Maria do Carmo Jansen. *Maria do Carmo Jansen Lessa*: entrevista [abr. 2019]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2019.

LUCA, “Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. v. 1, São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, Suely. “História oral e as fronteiras com o jornalismo: a possibilidade metodológica e proposta de um novo fazer”. *Publicação Acadêmica de Estudos sobre Jornalismo e Comunicação*. Ano V, Nº 8, São Paulo: ECA/USP, julho de 2007. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos8_b.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MIGUEL, L. F. “Meios de comunicação de massa e política no Brasil”. *Diálogos Latinoamericanos*. v. 3, Dinamarca: Aarhus, 2001, p. 43-70.

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: reforma, revolução e contrarrevolução nos anos 60. In: *Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. 434f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6149>. Acesso em: 12 ago. 2019.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. *Tempo*. Vol. 1, N. 2, Rio de Janeiro, 1996, p. 59-72.

ROUCHOU, Jöelle. “Entrevista na história oral e no jornalismo”. *XXII Simpósio Nacional de História*. ANPUH/PB: João Pessoa, 2003, p. 1-8.

SCHLEE, Aldyr Garcia. *Aldyr Garcia Schlee: entrevista* [ago. 2018]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018. 6 arquivos .mp4 (180 min.).

SOBREIRO JÚNIOR, Valter. *Valter Sobreiro Júnior: entrevista* [abr./nov. 2020]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2020.

VAZ, Luiz Carlos. *Luiz Carlos Vaz: entrevista* [out. 2019]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas (RS), 2019. 3 arquivos .mp4 (210 min.).